



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS – CDHM

REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019  
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer a realização de Seminário em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa em Rememoração dos 40 Anos de Aprovação da Lei de Anistia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizado, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, o Seminário de Rememoração dos 40 Anos de Aprovação da Lei de Anistia (Lei 6.683/79), bem como de avaliação do estágio de implementação das determinações legais relacionadas a este e aos demais diplomas complementares que o sucederam, sendo convidados para as Mesas de Debates, representantes de entidades da sociedade civil, órgãos de classe, órgãos públicos, universidades e autoridades dos Poderes da República.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei de Anistia, que completa 40 anos em 2019, foi fruto de uma intensa mobilização popular, que ganhou força ainda durante a ditadura, no primeiro ano de mandato do general João Baptista Figueiredo. O movimento, espalhado pelo país por meio dos CBAs - Comitês Brasileiros pela Anistia ganharam importantes apoios, tanto de movimentos sociais, quanto da oposição parlamentar e da classe artística. Estes atores sociais abraçaram a causa, visitando presos políticos em todo o território nacional, colhendo relatos das condições à qual estavam submetidos aqueles jovens, trabalhadores, religiosos, militares, homens e mulheres que lutavam ardenteamente pela volta da democracia.

Vale relembrar os esforços concretizados a partir de abril de 1975 quando Therezinha Zerbini, esposa de um dos militares que defenderam o



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

governo de João Goulart, levam à criação dos primeiros núcleos do Movimento Feminino pela Anistia. Estes se somaram também à atuação do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, que coletava denúncias dos abusos cometidos pelo regime militar - como as torturas e assassinatos de presos políticos - por meio do relato de familiares que se reuniam na Cúria Metropolitana de São Paulo.

Em 1977, ano marcado pela volta das manifestações estudantis, o movimento pela anistia ganha expressão nacional com a organização nos estados dos Comitês Brasileiros pela Anistia e a adesão de diferentes organizações à causa, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A causa ganha a adesão dos sindicatos, que desafiavam o regime com greves que reuniram milhares de trabalhadores na região do ABC paulista, no final de 1978. Em 1979, com o projeto da Lei de Anistia, apresentado pelo general presidente ao Congresso, e a atuação do senador Teotônio Vilela, os presos políticos iniciam uma greve de fome nacional em todos os presídios, que duraria um mês (22 de julho a 22 de agosto), e coincide com a votação do projeto no Congresso Nacional. No dia 28 de agosto de 1979, deputados e senadores votam e aprovam a proposta da ditadura militar.

Depois de um longo período, com a criação da Comissão da Anistia e a edição de outras leis reparadoras dos direitos das vítimas e perseguidos políticos da ditadura - embora sempre incompletas - hoje os anistiados e anistiados enfrentam novos desafios e dificuldades, com os retrocessos impostos pelo governo empossado em 2019.

Assim, este seminário, além de relembrar o histórico e patriótico Movimento pela Anistia, tem também o caráter de reflexão e balanço das medidas implementadas, a fim de que se busque completar finalmente este ciclo de reencontro do país consigo mesmo.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos demais pares, para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_\_ de agosto de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY- PT/DF**